



Objetivo

Propiciar conhecimento aos agentes públicos estaduais e municipais acerca do histórico e das normas referentes à responsabilização das pessoas jurídicas e aos programas de integridade, em especial dos princípios e das Leis nº 8.666/93 e da Lei nº. 12.846/2013, bem como da doutrina e da prática acerca do tema, de modo a proporcionar melhor desempenho para aqueles que exercem as atribuições de investigação e processamento de entes privados que, porventura, venham a se relacionar com a Administração Pública.

A responsabilização de empresas, reforçada com a publicação da Lei 12.846/2013, é mais um instrumento no combate à corrupção, permitindo a punição de pessoas jurídicas que corrompam agentes públicos no país e no exterior, fraudem licitações e contratos ou dificultem as atividades de investigação e fiscalização de órgãos públicos.

A Lei Anticorrupção representou um avanço no combate à corrupção no país, tendo preenchido uma lacuna legislativa, considerando que não havia previsão de sanções às empresas corruptoras.

Horário/Local

Horário: De 9h às 12h e das 14 às 17h; e das 09 às 12h no último dia do curso.

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Auditório - Subsolo

Conteúdo programático

1. Contexto histórico que motivou a criação da Lei Anticorrupção
2. Sistema Anticorrupção Brasileiro
3. Noções de Direito Administrativo Sancionador
4. Sistema de responsabilização com base na Lei nº. 12.846/2013
5. Sujeitos ativo e passivo
6. Responsabilidade objetiva da pessoa jurídica
7. Responsabilidade na sucessão empresarial e nos conglomerados empresariais
8. Tipos normativos da Lei nº. 12.846/2013
9. Processo de Responsabilização Administrativa – PAR
10. Procedimento Preparatório – Investigação Preliminar
11. Prescrição
12. Penalidades administrativas e civis
13. Dosimetria da sanção
14. Desconsideração da personalidade jurídica
15. Acordo de leniência
16. Cadastros Nacionais – CEIS e CNEP
17. Avaliação de programa de integridade
18. Estudo de casos práticos

Público - alvo

Servidores e empregados públicos federais, ocupantes de cargo efetivo que atuem na aplicação da Lei nº. 12.846/2013.